

## COMUNIDADES RIBEIRINHAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS: A MAIOR SEDE É POR JUSTIÇA SOCIAL

*Brenda da Silva Salazar<sup>1</sup>  
Maria Vitória Costa Fernandes<sup>2</sup>  
Rafaela de Jesus de Oliveira da Silva<sup>3</sup>  
Soleane Ferreira Inajosa<sup>4</sup>  
Eunápio Dutra do Carmo<sup>5</sup>*

### 1. INTRODUÇÃO

O município de Breves, localizado na Ilha do Marajó, sendo este o maior Arquipélago Marítimo Fluvial do mundo, sempre foi palco de anos de exploração, marcada não somente por uma exploração desenfreada de seus recursos naturais, mas também com o descaso social aos povos tradicionais que habitam a região, tendo em vista que essas comunidades sofrem com graves problemas ambientais e sociais, em decorrência da falta de políticas públicas, responsáveis por desenvolvimento social e político.

Os povos tradicionais, mais precisamente as comunidades ribeirinhas, que habitam a região que constitui mais da metade da população total do município, dados do último censo realizado em 2010 pelo IBGE, apontam que Breves/PA apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,503, sendo considerado baixo em relação a escala que corresponde 0 a 1, sendo assim o município é um dos oito municípios Marajoaras que encontra-se no ranking de 50 piores IDHs do Brasil.

Diante disso, o Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas (PRCR), foi de extrema importância no papel de incentivar e assessorar essas comunidades, tendo em vistas as ações desenvolvidas por intermédio do programa como oficinas de informação e formação, reuniões de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Língua Portuguesa – LETRAS – Campus Universitário do Marajó Breves – CUMB – Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas – PRCR. E-mail: [brendasalazar201241@gmail.com](mailto:brendasalazar201241@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura em Língua Portuguesa – LETRAS – Campus Universitário do Marajó Breves – CUMB – Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas – PRCR. E-mail: [vitoriacfernandes15@gmail.com](mailto:vitoriacfernandes15@gmail.com)

<sup>3</sup> Bolsista do Ensino Médio – Campus Universitário do Marajó Breves – CUMB – Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas – PRCR. E-mail: [rafaelajesusoliveira15@gmail.com](mailto:rafaelajesusoliveira15@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social – Campus Universitário do Marajó Breves – CUMB – Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas – PRCR. E-mail: [Soleaneferreira29@gmail.com](mailto:Soleaneferreira29@gmail.com)

<sup>5</sup> Professor Adjunto do Curso de Serviço Social - Campus Universitário do Marajó Breves - CUMB - Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas. E-mail: [eunapiodocarmo@gmail.com](mailto:eunapiodocarmo@gmail.com)

trabalho e elaboração de projetos que foram pensadas com o intuito de proporcionar a participação social e o engajamento social, o que permitiu que essas comunidades pudessem se organizar coletivamente. Portanto, ao longo deste resumo serão apresentadas algumas discussões acerca dos problemas enfrentados por essas comunidades e as ações realizadas pelas mesmas para a mudança desse cenário de desigualdade que se encontram para assim promover a participação e engajamento social na luta por direitos.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado nas comunidades ribeirinhas Intel I, Intel II e Magebreas, localizadas às margens do Rio Parauaú no município de Breves/PA à 1 hora da zona urbana, estas comunidades são formadas aproximadamente por 50 famílias que sobrevivem da venda e troca de recursos extraídos da natureza, assim como benefícios do governo como o Bolsa Família, no entanto, os mesmos encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho ocorreu por meio da pesquisa documental, bibliográfica e de campo, que se deu pela entrada dos bolsistas no PRCR, tendo como base relatórios e entrevistas semiestruturadas, uso de referências teóricas, do mesmo modo, as pesquisas de campo realizadas mensalmente as comunidades que foram essenciais para facilitar o acesso a informações apresentadas neste resumo.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As comunidades ribeirinhas sofrem frequentemente com problemas que assolam o seu cotidiano como a falta de acesso a políticas públicas básicas como saúde, educação e saneamento, uma das maiores dificuldades em levar o abastecimento às zonas rurais é o custo, desigualdade social, moradias irregulares, saneamento básico, principalmente pela distância e escassez de recursos nesses locais. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, o saneamento “é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre seu bem estar físico, mental e social”, sendo assim as políticas de saneamento são essenciais para promover uma melhor qualidade de vida e habitação para as populações.

De acordo com os dados do Observatório do Marajó (2020), 57% da população do município de Breves/PA reside na zona rural e 43% reside na zona urbana, na qual é importante ressaltar que 77% desta população não tem acesso ao serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição, sendo a zona rural a mais prejudicada. Deste modo, é importante ressaltar que

as políticas pensadas para a Amazônia têm como caráter correspondente questões desenvolvimentistas, ou seja, voltadas para o acúmulo de capital de forma rápida, ocasionando em uma produção intensiva que tem como consequência a intensificação do processo de exploração dos recursos naturais, resultando em um processo contínuo de degradação ambiental e social.

Nesse sentido, a falta de um planejamento a longo prazo para as comunidades tradicionais tem como consequência o seu histórico de exclusão social, fato este ligado aos anos de exploração decorrente ao ciclo da borracha, ciclo do arroz e ao ciclo da madeira, com isso, observa-se que esta região, rica em sua biodiversidade passou por um longo processo de desestruturação e degradação ambiental e social. Através disso, essas comunidades vêm enfrentando diversos problemas relacionados à falta de políticas públicas de desenvolvimento social e político, dentre esses problemas o mais comum é a falta de saneamento básico adequado, e para essas comunidades, essa falta de saneamento desencadeia outros fatores ligados à exclusão social, que violam diretamente seus direitos.

Dentre os problemas enfrentados pelos povos ribeirinhos, tem-se por exemplo, a questão da Água vivenciada por eles, visto que os mesmos fazem o uso diário das águas dos rios, tanto para a sua própria locomoção quanto para a sua subsistência através do consumo de peixes oriundos da pesca artesanal, ademais, sendo este um percurso estratégico para a locomoção de grandes embarcações, os rios acabam sendo poluídos por grandes quantidades de combustíveis e também sendo contaminada com lixos jogados pela população das embarcações.

Além disso, as moradias na zona urbana possuem pequenos esgotos direcionados aos rios sem qualquer tipo de tratamento, o que proporciona o aumento da contaminação das águas que posteriormente serão águas consumidas pela população ribeirinha ocasionando doenças e infecções para aqueles que fazem seu consumo diário, ocasionando mais problemas, haja vista que devido à ausência de políticas pública, não há posto de saúde a disposição dessas comunidades, e quando possuem, não existem profissionais disponíveis e muitas das vezes esses postos ficam apenas fechados. E segundo Amaral *et al.* (2003), se a população tiver uma água de qualidade, será reduzida metade de infecções e doenças e assim evitando enfermidades.

Devido aos longos períodos de invisibilidade social, os moradores ali presentes por muito tempo acreditavam que não faziam parte do município, acreditando que estavam ali apenas sob responsabilidades dos donos das empresas madeireiras. Com a entrada do programa de extensão nas vilas, pode-se perceber que essas comunidades compreendem o atual contexto social que

vivenciaram durante esses longos anos de exploração, e com isso, começaram a se organizar para lutar por seus direitos e contra as mazelas que estavam sendo submetidas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que muitos dos problemas e dificuldades vivenciadas pelas comunidades tradicionais são ocasionados pela falta de políticas públicas, que negligencia tudo aquilo que é seu por direito. Através desta exclusão, as comunidades procuram meios que ajudem a manter a sua sobrevivência diante de tanta invisibilidade, se submetendo muitas vezes a anos de exploração que causa ainda mais a desigualdade social. Doenças adquiridas pelo consumo da água de rio que contém dejetos humanos e de animais pela falta de uma água potável é apenas um dos diversos problemas enfrentados por eles diariamente.

Contudo nota-se que, com o auxílio do Programa Rede de Comunidades Ribeirinhas (PRCR), as comunidades estão se movimentando, compreendendo seus direitos e buscando por eles, para mudar essa realidade que os aflige por muitos anos, criando estratégias, planejamentos e mecanismos que possam solucionar esses problemas, de maneira que eles possam ter acesso aos seus direitos básicos. Buscando sua visibilidade e a inclusão social, que lhes foram negadas ao longo de todos esses anos.

#### REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A.; NADER FILHO, A.; ROSSI JUNIOR *et al.* (2003) Água de consumo humano como fator de risco à saúde em propriedades rurais. **Revista Saúde Pública**, v. 37, n.4, p. 510-514, 2003. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000400017>

OMS – Organização Mundial da Saúde [World Health Organization]. Disponível em: [http://www.who.int/water\\_sanitation\\_health/es/](http://www.who.int/water_sanitation_health/es/). Acesso em 24 de setembro de 2021.

O Marajó com Coronavírus e a Pandemia da Desigualdade. **Campanha de Comunicação Ribeirinha: Égua Do Corona**. Observatório do Marajó. 09 de setembro de 2020. Disponível em: [www.observatoriomarajo.org/wwwlute semfronteiras.org](http://www.observatoriomarajo.org/wwwlute semfronteiras.org). Acesso em: 2021-10-15

SIIS – Sistema de informações de indicadores sociais do Estado do Pará. Abrangência: Breves. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-deindicadores-sociais.html>. Acesso em: 21 de setembro de 2021

*Data de submissão: 16/03/2022*

*Data de aprovação: 01/05/2022*